## Avaliação da Aprendizagem dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais/específicas

A expressão “necessidades educacionais especiais ou específicas” pode ser utilizada para referir-se a estudantes cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

Podemos tratar dentro do termo de especificidades como com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas, deficiência ou superdotação, trabalhadores ou que vivem nas ruas, estudantes oriundos de populações distantes ou nômades de comunidades de minorias linguísticas, étnicas ou culturais, oriundos de grupos desfavorecidos ou marginalizados, entre outros. (BRASIL, PCNAC, 1998).

As avaliações, nesse caso, são importantes instrumentos de detecção de particularidades de aprendizagem, da diversidade da comunidade escolar e dos interesses e motivações dos estudantes, além de necessidades educacionais específicas. Elas precisam voltar-se para revisão contínua do que o estudante deve aprender, como, quando, que formas de organização do ensino são mais eficientes para um processo de aprendizagem e, paralelamente a isso, como e quando avaliar a aprendizagem do estudante.

As avaliações irão determinar se existe necessidade de adaptações curriculares, se estas são não significativas ou significativas – organizativas, de conteúdos, avaliativas, de didática, de temporalidade – a nível de currículo (medidas de ajuste geral), de sala de aula (reorganização do espaço e dos recursos) e a nível individual (de atenção ao estudante). Em outras palavras, avaliar é diferente de verificar:

avalia-se para conhecer e compreender a dinâmica existente entre todas as variáveis em que circunscrevem [o estudante] objetivando-se a melhoria das respostas educativas, de modo a que atendam ao compromisso de desenvolver a cidadania de todos os aprendizes. (MEC/SEE, 2006, p.16)

E seja qual for o tipo ou nível de adaptação, quando houver a detecção de Pessoa com Deficiência, conforme a decisões conjuntas entre os professores do curso e o Setor de Ensino do campus, ou por laudo apresentado no ingresso, além dos princípios citados anteriormente para avaliação de todos os estudantes, buscar-se-ão a atenção as seguintes questões:

1. Priorização do progresso individual tendo por base um Plano Educacional Individualizado;
2. Maior número de avaliações possíveis, em momentos diversos, com menor conteúdo de informações (segmentação);
3. Leitura das perguntas para o aluno quando assim achar necessário;
4. Uso de avaliação oral, ao invés de escrita, ou avaliações a serem realizadas em casa, ao invés de na escola;
5. Atividades organizadas com lógica, do mais simples ao mais complexo e por conjuntos de exercícios afins;
6. Consulta a livros e outros recursos durante a realização das avaliações;
7. O aluno não deve ser avaliado pela sua caligrafia;
8. O aluno deve poder levar para casa o mesmo material didático utilizado na escola; (ARANHA, 2005, p.23)

Além disso, a avaliação dos estudantes com deficiência deve ser realizada por pareceres e recomenda-se, com esta finalidade, que sejam efetuados registros diários a respeito do desempenho da estudante em sua relação com as atividades e temas propostos, como forma de captar a aprendizagem de modo processual. E, ao final do período letivo, a confecção do parecer global do período, onde se possam apontar os progressos percebidos nos aspectos que considerem mais significativos: físicos, cognitivos, sensoriais, comunicacionais, de atenção/concentração, memória, sociabilidades, autonomia, entre outros que desejarem, além dos aspectos a serem observados no próximo período. A orientação para confecção do parecer de modelo para os pareceres deve ser fornecida pelo Setor de Ensino.

Da mesma forma que os demais estudantes do curso, os pareceres efetuados aos estudantes com deficiência devem ser compostos por componente curricular, de forma colegiada, ou efetuado em conjunto no Conselho de Classe. No último período do curso, considerando-se o processo de aprendizagem como um todo, os progressos do estudante, o conjunto de adaptações curriculares efetuadas e sua significância, define-se no Conselho de Classe se haverá ou não a aplicabilidade de terminalidade específica.